

Padrões de coesão e dispersão: Uma proposta de tipologia para coligações

Carlos Mello Machado

Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais, e professor assistente do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: carlosmellomachado@gmail.com

Luis Felipe Miguel

Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: lfelipemiguel@uol.com.br

Introdução

A literatura sobre partidos e eleições tende a tratar a questão das coligações tendo por eixo a identificação dos padrões de racionalidade subjacentes a elas. Ideologia ou pragmatismo - entendido como a adaptação à conjuntura - balizariam as estratégias dos partidos na busca por alianças eleitorais e definiriam os limites da investigação sobre as coligações. Este artigo propõe questionar a utilização desta classificação unidimensional dos padrões de coligações dos partidos políticos, em especial para o caso brasileiro. O objetivo é aprimorar a classificação de coligações, adicionando novas dimensões para além da "coerência" ideológica: a consistência e a coesão. Um teste empírico inicial dessas dimensões será realizado através das eleições brasileiras para o cargo de prefeito nos anos de 2000 e 2004.

Para a mensuração das variações será utilizada a distribuição de dois índices, que captam padrões de coligação segundo as perspectivas "ideológica" - isto é, de posição no espectro esquerda-direita - e de pertencimento à base do governo federal (Miguel, 2004; Machado, 2007; Miguel e Machado, 2007, 2010; Miguel, 2008).

São muitos os motivos que levam à união, em disputas eleitorais, de grupos que, em tese, são distintos. O resultado da negociação pode ser a renovação de alianças já tradicionais, praticamente federações consolidadas no imaginário político-partidário, ou a construção de uniões efêmeras e decorrentes apenas de um momento

eleitoral específico¹. Se há plena liberdade para este tipo de acerto, é possível esperar um grande número de coligações pragmaticamente orientadas, que desprezem as diferenças que justificam a pluralidade partidária. Os entraves a esta liberdade podem vir de uma legislação limitante ou, então, das expectativas do eleitorado. No caso do Brasil, é razoável argumentar que tais entraves são reduzidos.

Por um lado, são poucas as limitações sensíveis à formação de coligações na legislação eleitoral brasileira. A principal delas exige um mínimo de congruência na formação de coligações dentro de um mesmo distrito eleitoral - isto é, partidos que apoiam diferentes candidatos a governador ou prefeito não podem compor listas comuns para os cargos legislativos. A efêmera experiência da "verticalização" nas eleições de 2002 e 2006, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, ampliou a exigência de congruência, limitando as coligações estaduais àquelas que não conflitavam com as alianças firmadas para as eleições presidenciais. Mas enfrentou forte oposição da classe política e foi revogada.

Quanto às expectativas do eleitorado, há uma conexão fraca entre eleitores e partidos políticos no Brasil, dificultando a formação de imagens políticas que permitam a distinção clara quanto às diversas agremiações partidárias. A cultura política, o sistema eleitoral ou a influência dos meios de comunicação de massa: são muitos os fatores mobilizados pela literatura para explicar o fenômeno da "personalização" da política no Brasil². Independentemente do motivo, há pouca identificação popular com os partidos, que cumprem mal seu papel de balizadores fixos das opções políticas. Portanto, coligações incoerentes ideologicamente não são identificadas como tal por largas fatias do eleitorado.

A primeira seção do artigo discute o impacto, sobre a democracia, da organização da disputa política na forma de uma disputa entre partidos. A possibilidade de coligações introduz uma nova dinâmica a essa disputa, afetando, portanto, o *output* democrático que as eleições buscariam produzir. A segunda seção estabelece os conceitos de coerência, coesão e consistência como dimensões necessárias para a avaliação das coligações eleitorais. A terceira seção testa as dimensões, usando como casos as eleições

¹ É possível classificar em tipos ideais polarizados as alianças eleitorais entre "duráveis" e "ocasionais" a partir da discussão feita por Duverger (1951: 364-6) sobre alianças partidárias.

² Contudo, apesar de a personalização ser um traço persistente na política brasileira, diversos sistemas democráticos contemporâneos têm observado este processo (MacAllister, 2007).

municipais brasileiras de 2000 e 2004. Por fim, a conclusão sumariza os achados do texto e aponta possíveis desdobramentos.

Partidos, democracia e ideologia.

Antes de entrar na questão específica das coligações, é necessário considerar de onde surgem as diferenças partidárias e qual o impacto delas em sistemas democráticos. Os estudos eleitorais no Brasil, incluindo aqueles que se dedicam às coligações, partem, em geral, da teoria econômica do voto elaborada por Anthony Downs (1957) para explicar o comportamento de eleitores e partidos políticos.

A teoria downsiana preconiza a racionalidade dos atores envolvidos em eleições. O eleitor busca maximizar seu benefício ao selecionar representantes que potencialmente serão capazes de produzir políticas de seu interesse. Quanto aos partidos, esses procurariam alcançar posições dentro da estrutura estatal, o que depende de apoio eleitoral. Portanto, o principal interesse de partidos e políticos seria a maximização da votação. Dentro desta lógica mercadológica, caberia a partidos e políticos ofertar programas adequados às demandas do eleitorado.

Contudo, para que o eleitor compreenda o cenário eleitoral e possa escolher a melhor opção ofertada, deve assimilar de informações sobre diversas questões políticas (Downs, 1957: 98-100). A “ideologia”, para Downs, atua como um atalho informacional, reduzindo a coleta de informações a uma síntese que permita diferenciar as opções políticas e situá-las num quadro esquemático prévio.

Entretanto, o corte do custo de adquirir informação por parte do eleitor também possui o viés negativo, ao torná-lo cada vez mais dependente da informação trazida pelos partidos. Neste caso, os partidos podem manipular mais livremente sua identidade programática, tendo em vista a maximização do desempenho eleitoral, sem o risco de serem penalizados pelo eleitor, devido ao baixo nível de informação existente. É uma situação que leva a uma “crise de racionalidade” no sistema político (Downs, 1957: 138-9).

No modelo downsiano, um abismo separa a posição minimamente informada dos líderes partidários e a dos eleitores. Ele ignora a existência de outros atores políticos que não eleitores e partidos, tais como grupos de pressão e/ou *lobbys* (Miguel, 2002a: 131-2). Neste cenário, a assimetria informacional entre partidos e eleitores, de tão avassaladora, combinada com a apatia política observada na

atualidade, faz com que existam fortes indicativos de que a ação política dos partidos dispense o apoio do eleitorado para sua manutenção (Mair, 1995).

Do ponto de vista da representação de interesses é relevante salientar as considerações sobre a relação de representação entre eleitores e representantes à luz da interpretação de outro autor. Para Pierre Bourdieu (1989), a representação política e, portanto, o poder político estão concentrados nas mãos dos partidos políticos. Esta concentração não se deve apenas ao exercício exclusivo do poder de decisão e discussão nas arenas institucionalizadas e ao fato de que os eleitores participam do campo político apenas esporadicamente, mas devido ao controle exercido pelos líderes partidários sobre seus correligionários, determinando não apenas quais os candidatos, mas também quais acordos pré-eleitorais serão formados, bem como a capacidade antecipar certos arranjos que não vêm a público, devido a interesses internos à organização partidária, necessários à manutenção da mesma (Panebianco, 1982).

De um ponto de vista normativo, conectado a um entendimento mais substantivo do significado da democracia enquanto governo do povo, exercício da soberania popular e prática de autonomia coletiva, este processo só pode ser entendido como perda. Portanto, o que persiste de democrático na instituição do voto é apenas a sua universalidade (Manin, 1997). Quanto menor for o poder de influência do eleitorado sobre os partidos políticos profissionais, menor as características democráticas substantivas em determinado governo.

Assim, as coligações contribuiriam para reduzir a legibilidade da concorrência política, esmaecendo as diferenças entre os partidos e, como consequência, reduzindo o já pequeno potencial de controle do eleitorado. A alteração indiscriminada de identidades e a formação de acordos eleitorais sem critérios perenes afetaria a capacidade informacional do eleitor para agir dentro do já limitado espaço a ele disponibilizado no campo político.

Após um período de relativo silêncio sobre coligações eleitorais no Brasil, desde 2004 é possível observar um crescente aumento de estudos neste campo de pesquisa³. É importante ressaltar que existe uma grande quantidade de estudos sobre as coligações ocorridas no período 1945-64, inclusive dentro da produção mais recente.

³ Os livros organizados por Schmitt e Krause (2005) e por Krause, Dantas e Miguel (2010) são exemplos disto, além dos estudos realizados por Favetti (2004), Ribeiro (2005), Carreirão (2006), Cervi (2007), entre outros.

Contudo, poucos estudos ativeram-se sobre esta dinâmica na atualidade.

Devido às especificidades do sistema eleitoral e das características territoriais do Brasil, boa parte da literatura internacional que aborda o tema das alianças partidárias deve ser tomada com cautela quando utilizada para explicar os fenômenos aqui ocorridos. Praticamente a totalidade dos estudos recentes sobre coligações no Brasil possui como referencial primordial as teorias da economia dos esforços e da resistência ideológica elaboradas por Soares (1964). De fato, ambas as teorias são apenas a aplicação das premissas downsianas para a discussão de coligações⁴. A economia dos esforços seria a tendência a maximizar votos dentro de contextos legais favoráveis à prática de coligações, enquanto a resistência ideológica seria o efeito do atalho informacional, ao distinguir e resumir o conteúdo programático a uma classificação sintética.

Soares (1964) apresenta indicações úteis para entender o comportamento de agentes políticos. Suas limitações estão, de um lado, no pequeno horizonte normativo, que faz com que não se coloque em questão o impacto para a democracia, entendida como mais do que apenas um método para obter governos capazes de obter o consentimento ativo da população. E, de outro, no foco nas coligações como processos isolados e unidimensionais.

Coerência, coesão e consistência.

Nos estudos eleitorais é recorrente a utilização indiscriminada dos termos coerência e consistência para se referir à distância que os partidos estão de um posicionamento ideológico comumente atribuído a eles. Downs (1957: 109) utilizou o termo coerência para se referir ao comportamento mais geral dos partidos políticos, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas defendidas e aos respectivos posicionamentos ideológicos. Segundo Downs “qualquer partido que seja ao mesmo tempo responsivo e confiável possuirá, provavelmente, uma ideologia relativamente coerente e imóvel” (Downs, 1957: 109). Contudo, para o mesmo autor, a ideologia seria apenas um “critério de desempate”, pois somente uma parcela dos

⁴ Não há citação direta à obra de Downs no texto referido de 1964 elaborado por Soares (1964). O autor também não cita autores específicos para tratar da elaboração da teoria da economia dos esforços e da resistência ideológica. Entretanto, é possível perceber a influência do “espírito da época” da ciência política daquele período.

eleitores utilizaria as ideologias partidárias como guia eleitoral, em vez de avaliar propostas partidárias específicas.

Primeiramente é crucial colocar que as coligações não almejam única e exclusivamente o aumento do apoio eleitoral. Como uma proposta de candidatura, as coligações podem servir a interesses diversos, tal como consolidar a força política em um ambiente a princípio hostil a um grupo determinado (Cox, 1997). Um dos usos de coligações seria o posicionamento entre partidos políticos, sinalizando aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros. A motivação desta aproximação/afastamento pode se dever à intenção de, no momento pós-eleitoral ou mesmo durante um segundo turno, se aproximar de grupos políticos que tenham acesso a recursos valorizados, a começar pela máquina estatal. Neste sentido é relevante considerar que a orientação das coligações pode não ter como alvo a orientação do eleitorado, seguindo a perspectiva ideológica, mas também serve para permitir a aproximação de grupos que controlam determinados centros do poder, tal como a Presidência da República ou o governo de um estado federado.

Dentre os estudos recentes sobre coligações no Brasil, pode-se observar a utilização do binômio consistência/inconsistência como equivalente ao utilizado por Downs como coerência, sendo possível citar os trabalhos de Schmitt (2005), Machado (2005), Favetti (2004), Nicolau (1996) e Carreirão (2006). A referência ao binômio coerência/incoerência surge nos estudos de Figueiredo (1994), Sousa (1996) e Cervi (2007), como sinônimo do anterior. Ambos os termos são usados indiscriminadamente por Ribeiro (2005). Apenas Krause (2005) chega a mencionar o termo coesão ao se referir a padrões nacionais de voto.

Aqui, propomos uma diferenciação de nomenclatura que permitir identificar três dimensões importantes para o estudo das coligações partidárias - em particular para a situação de grande fracionamento partidário e de muita variação regional dentro de cada partido, como é o caso do Brasil. A primeira dimensão é a programática ou vinculada aos valores políticos de base, que leva em conta a formação de alianças entre partidos próximos ou distantes em termos de posicionamento político medido segundo a sua categorização por ideologia, palavra que, despida dos seus significados mais complexos (e mais polêmicos), remete unicamente à posição no eixo esquerda-direita. É a medida da *coerência*, a mais comum na literatura. Uma coligação (ou um padrão de coligações) será tanto mais coerente

quanto mais estreita for a amplitude das posições ideológicas que nela encontram abrigo.

A “ideologia”, ainda mais reduzida à posição no eixo esquerda-direita, é um descritor muito insuficiente da situação do partido diante das diferentes temáticas da agenda pública. Essa limitação, no entanto, está na raiz da sua força: é um elemento extremamente econômico - e pouco demandante, do ponto de vista cognitivo - para organizar o jogo político. Entendida desta forma sintética, a ideologia integra o mito político que referencia e dá imagem inicial ao partido político, servindo de orientação, inclusive, a seus militantes, que irão buscar nestas referências iniciais a justificativa para permanecer agindo em prol da organização política, devido à disseminação de benefícios coletivos, em vez de receber incentivos seletivos, tal como cargos ou reputação, distribuídos a lideranças políticas (Panebianco, 1982). Há uma orientação à ação a partir desta imagem inicial.

Cada coligação, no entanto, é um momento numa dinâmica que se estende no tempo. As estratégias partidárias não se esgotam no pleito seguinte; elas possuem uma temporalidade mais alargada. Propomos adotar o termo *consistência* na análise desta dimensão. Se a primeira medida busca enfatizar o aspecto da disposição entre os partidos, num dado momento eleitoral, a consistência evidencia a existência, ou não, de estabilidade quanto a comportamentos coligacionistas. Ao se observar maior estabilidade seria possível antever um cenário mais propício à fixação de símbolos políticos com maior aderência no eleitorado, pois a formação de identidades depende da reafirmação das mesmas ao longo do tempo. Alianças mais consistentes - na recente política brasileira, entre PT e PCdoB, por exemplo, ou entre PSDB e PFL/DEM - indicariam a formação de campos partidários que podem balizar as disputas. As inconsistentes, ao contrário, sinalizariam uma indiferenciação entre as alternativas políticas.

Por fim, cabe evidenciar a dimensão territorial da disputa. Como observam Bardi e Mair (2010), a avaliação de um sistema político deve considerar se existem variações horizontais, condizentes à existência de mais de um nível de disputa política, o que influenciaria a dinâmica de interação partidária. No caso brasileiro, esta dimensão possui um efeito acentuado (Melo, 2010), algo enfatizado por Lima Jr. ao constatar a existência de sistemas partidários subnacionais no Brasil (Lima Jr., 1983). É essencial compreender, portanto, como se dá a dispersão territorial das coligações e em que medida os partidos políticos conseguem manter

suas coligações dentro de padrões de comportamento mais coesos, sendo esta perspectiva essencial a esta perspectiva. Neste sentido, quanto mais dispersas forem as variações das coligações, menor o controle do partido sobre as decisões das elites locais, impactando negativamente na construção de referências partidárias nacionais. A *coesão*, assim, seria a medida da capacidade de um partido manter o mesmo padrão de coligações em diferentes disputas que ocorrem num mesmo momento, mas em distritos diversos - para os diversos governos estaduais ou prefeituras, por exemplo.

As eleições municipais no Brasil

Para avaliar as variações das tendências de coligações dos partidos políticos brasileiros na disputa municipal foram consideradas as variações ideológicas dos partidos e o posicionamento dos mesmos perante o governo federal⁵. No intuito de abordar a tendência ideológica foi utilizado o índice de viés ideológico (IVI), o qual apresenta valores entre 1 e 3, onde 1 indica polarização da coligação com partidos de esquerda, 2 a inexistência de polarização, e 3 polarização à direita. O índice de governismo federal (IGF) se refere à medida pragmática das coligações, seguindo a mesma lógica do índice anterior, porém com as medidas extremas significando oposicionismo e situacionismo.

A tabela a seguir⁶ indica a média dos valores calculados para cada coligação no Brasil⁷.

⁵ Sobre a construção dos índices, ver o Anexo 2.

⁶ Para tornar a apresentação dos dados possível serão apresentados somente os partidos com maior número de participações para prefeito. No ano de 2000 PSD foi desconsiderado da análise, pois em 2004 se uniu ao PPB para formar o PP. Não foram criadas as categorias pequenos partidos de esquerda e de direita, pois ao constituir o IGF haveria problemas de interpretação, pois existiam pequenos partidos tanto na oposição quanto indiferentes aos governos de Fernando Henrique e Lula.

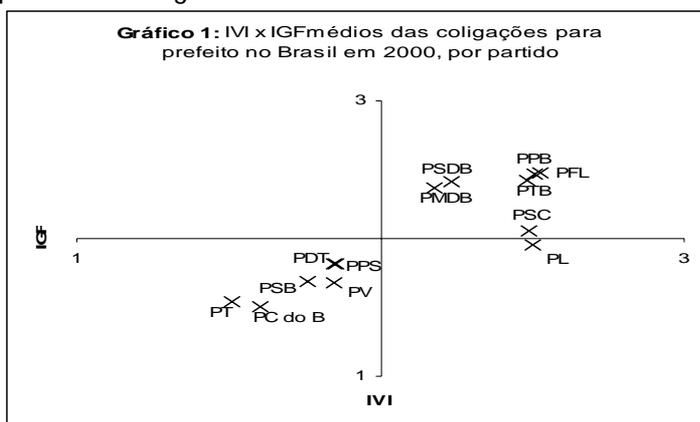
⁷ Para os cálculos seguinte foram considerados apenas as participações de partidos em coligações, além de terem sido retirados os casos em que os candidatos não participaram das eleições, seja por falecimento, renúncia ou cassação antes das eleições.

Tabela 1: Média do IVI e do IGF das coligações para o cargo de prefeito em 2000, por partido.

Partido	IVI	IGF
PMDB	2,175	2,364
PFL	2,527	2,473
PSDB	2,231	2,413
PPB	2,51	2,471
PTB	2,485	2,418
PDT	1,852	1,815
PPS	1,847	1,818
PL	2,503	1,95
PT	1,513	1,538
PSB	1,76	1,69
PSC	2,492	2,055
PC do B	1,604	1,503
PV	1,85	1,682

Fonte: os autores, a partir dos resultados eleitorais, disponível em www.tse.gov.br

Como se observa é evidente a polarização entre os partidos quanto à tendência de suas coligações. PT e PCdoB se distinguem como os partidos com maior tendência à esquerda e por evitarem marcadamente partidos da base governista de FHC. O posicionamento dos partidos segue um padrão bastante definido em 2000, ideologia e governismo condicionam em boa medida a tendência geral das coligações eleitorais. Partidos classificados como esquerda localizam-se todos no terceiro quadrante, enquanto partidos de direita se apresentam tanto no primeiro quanto no segundo quadrante do gráfico 1.



Fonte: Os autores a partir dos resultados eleitorais do TSE, disponível em www.tse.gov.br

Apesar da aparente uniformidade decorrente da utilização da média, ao redor destes pontos médios existem nuvens de pontos muito dispersas quando são consideradas todas as coligações de forma desagregada. Para considerar estas variações e para comparar os valores obtidos para cada partido foram calculados os valores de coerência e consistência das coligações por partido abordado.

Para mensurar a Coerência deve-se, a princípio, calcular a distância do ponto de referência do partido, o valor no qual o partido foi classificado no momento do cálculo dos índices, até o ponto observado, da média do índice de cada partido. Esta distância deverá ser ponderada pela amplitude dos índices, que, por variar de 1 a 3, é equivalente a 2. Entretanto, a amplitude da variação observada da coerência para os partidos de centro é 1 enquanto aos partidos de esquerda ou direita é possível observar o valor máximo de 2. Portanto, para permitir comparações entre os partidos, os valores observados dos partidos classificados como centros serão multiplicados por dois, torando a amplitude destes partidos equivalente a dos demais. Para facilitar a compreensão desta medida os seus valores foram invertidos. Para isso foi calculada a diferença entre a distância observada e a amplitude do índice, a qual é igual ao calor dois. Portanto, o valor da coerência varia de 0 a 1, onde quanto maior o valor, maior será a coerência média de um partido.

Coesão é a capacidade de um partido evitar a variação de suas coligações territorialmente. O indicador desta variável é dado pelo coeficiente de variação⁸ de cada índice. Quanto maior o valor da variação das coligações de um partido pior será a capacidade e a condição de suas lideranças manterem coligações pouco distintas.

Tabela 2: Coerência e Coesão do IVI e do IGF das coligações para o cargo de prefeito em 2000, por partido.

partido	IVI		IGF	
	coerência	coesão	coerência	coesão
PMDB	0,825	19,3%	0,682	19,5%
PFL	0,764	14,3%	0,737	17,5%
PSDB	0,769	17,7%	0,707	18,9%
PPB	0,755	14,7%	0,736	17700,0%
PTB	0,743	15,2%	0,709	18,1%
PDT	0,574	24,1%	0,593	24,3%
PPS	0,577	23,4%	0,591	23,1%
PL	0,752	15,1%	0,525	18,6%

⁸ $\text{coeficiente de variação} = \frac{\text{desvio}_\text{padrão}}{\text{média}}$

PT	0,744	29,0%	0,731	30,0%
PSB	0,620	26,9%	0,655	26,0%
PSC	0,746	15,2%	0,945	18,1%
PC do B	0,698	30,4%	0,749	27,7%
PV	0,575	25,1%	0,659	23,5%

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br

Quanto à coesão é possível notar que partidos de esquerda tendem a apresentar variação maior em suas alianças. Uma das possíveis explicações para isso reside no baixo número de partidos com alto grau de capilaridade (Machado, 2007), visto que concorrem em um número reduzido de municípios quando comparado aos valores dos partidos de maior porte de direita ou de centro.

Esta divisão fica mais evidente ao classificar⁹ os partidos segundo a tipologia de maior ou menor coerência e coesão. Em 2000 apenas os partidos de direita foram classificados como possuindo maior coesão e coerência ideológica, ficando no extremo oposto os partidos de esquerda, à exceção de PT, que apesar de menos coeso foi classificado como mais coerente.

Quadro 1: Distribuição dos partidos por Coerência e Coesão do IVI em 2000

Coerente	Coeso	
	Mais	Menos
Mais	PMDB, PSDB, PFL, PPB, PTB, PL, PSC	PT
Menos		PC do B, PSB, PPS, PV, PDT

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

No que diz respeito ao IGF em 2000, dentre os partidos da base do governo FHC apenas PMDB não foi classificado como coeso e coerente, devido ao seu baixo valor de coerência. Entre os partidos de oposição PT e PC do B foram classificados como coerentes em seu posicionamento, mas a distribuição territorial de ambos foi próxima à observada pelos demais partidos opositores de esquerda.

⁹ Para definir os partidos como mais ou menos coerentes, coesos ou consistentes foi calculada a mediana para cada indicador com a intenção de dividir os partidos entre aqueles com melhores e piores indicadores. Contudo, por serem considerado um número ímpar de partidos este valor não proporcionava a melhor divisão possível. Para solucionar este problema foi tomada a média dos valores de cada indicador, à qual foi somada a mediana, valor então dividido por dois, possibilitando a divisão entre partidos mais ou menos coerentes, coesos, consistentes.

Quadro 2: Distribuição dos partidos por Coerência e Coesão do IGF em 2000

Coerente	Coeso	
	Mais	Menos
Mais	PFL, PSDB, PPB, PTB, PSC	PT, PC do B
Menos	PMDB, PL	PDT, PPS, PSB, PV

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

As eleições de 2004 são marcadas pela ascensão do PT ao governo federal. Devido à formação de uma larga base de apoio no Congresso Nacional durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, houve uma confluência de aliados na base governista, de forma a abranger todo o espectro ideológico.

É possível perceber um movimento para a formação de coligações com tendência ao centro ideológico a partir dos valores observados na tabela 5¹⁰. No que se refere ao governismo federal, nenhum dos partidos analisados apresenta valores que indicariam uma tendência à aproximação maior com partidos de oposição. Evidentemente isso se deve ao inchaço da base governista e à quase inexistência de uma oposição em termos numéricos durante estas eleições.

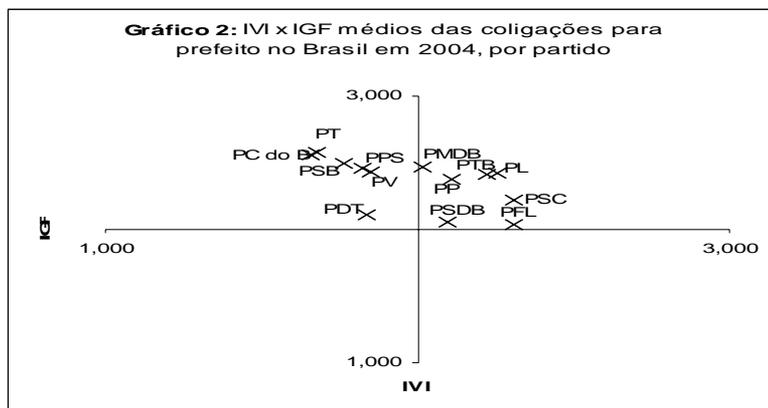
Tabela 3: Média do IVI e do IGF das coligações para o cargo de prefeito em 2004, por partido.

Partido	IVI	IGF
PMDB	2,015	2,47
PFL	2,312	2,041
PSDB	2,099	2,055
PPB	2,11	2,379
PTB	2,225	2,416
PDT	1,835	2,107
PPS	1,826	2,458
PL	2,255	2,423
PT	1,678	2,582
PSB	1,765	2,495
PSC	2,306	2,217
PC do B	1,659	2,562
PV	1,851	2,427

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

¹⁰ PPB se uniu ao PDS em 2003 formando o PP, o qual concorreu nas eleições de 2004.

O gráfico 2 exemplifica a situação apontada, dado que todos os valores se concentram nos quadrantes 1 e 4. Apesar disso, PDT, PFL e PSDB, os partidos analisados considerados oposicionistas, apresentam os menores valores do IGF. A polarização esquerda-direita foi amenizada, contudo nenhum partido cruzou a fronteira do espectro ideológico no qual foi classificado.



Fonte: os autores a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

Uma vez que as eleições de 2004 representam o tempo 2 da presente análise, será possível considerar a medida da consistência das coligações nestas eleições. Para mensurar esta variável foi tomada a diferença entre o valor de coerência observado nas eleições do tempo 2 (2004) e o valor observado nas eleições do tempo 1 (2000). Assim como o valor de coerência os valores da consistência também foram invertidos para facilitar a interpretação dos dados¹¹, de maneira que o valor 1 indica máxima aproximação com a coerência observada nas eleições anteriores.

Tabela 4: Coerência, Coesão e Consistência do IVI e do IGF das

¹¹ É necessário salientar que para uma correta avaliação dos indicadores propostos deve-se analisar o conjunto dos mesmos. É possível que um partido permaneça imóvel quanto à sua tendência de coligações de uma eleição para outra, porém sob a circunstância de apresentar valores indicativos de incoerência e falta de coesão.

coligações para o cargo de prefeito em 2004, por partido

Partido	IVI			IG		
	Coerência	Coesão	Consistência	Coerência	Coesão	Consistência
PMDB	0,985	0,186	0,840	0,735	0,146	0,947
PFL	0,656	0,151	0,893	0,480	0,167	0,743
PSDB	0,901	0,171	0,868	0,473	0,170	0,766
PP	0,555	0,169	0,800	0,690	0,147	0,954
PTB	0,613	0,156	0,870	0,708	0,143	0,999
PDT	0,583	0,205	0,992	0,554	0,156	0,961
PPS	0,587	0,208	0,990	0,729	0,137	0,862
PL	0,628	0,163	0,876	0,712	0,140	0,814
PT	0,661	0,239	0,918	0,791	0,131	0,940
PSB	0,618	0,231	0,998	0,748	0,132	0,908
PSC	0,653	0,153	0,907	0,783	0,133	0,838
PC do B	0,671	0,255	0,973	0,781	0,117	0,968
PV	0,575	0,217	1,000	0,714	0,133	0,946

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

Apenas PMDB apresentou melhora na coerência ideológica de suas coligações. Quanto à medida pragmática, PSDB e PFL se distanciaram enormemente de suas posições de referência, além de variarem bastante temporal e territorialmente suas coligações.

Ideologicamente as coligações de partidos de esquerda tenderam a ser as menos coesas, apenas PT apresentou mudança mais sensível em relação a 2000, além de permanecer, desta vez junto com PCdoB, como os únicos partidos de esquerda com maior nível de coerência. Entre os partidos de direita a participarem da base do governo, apenas PMDB sustentou um posicionamento mais coerente. Em geral partidos de direita e centro tendem a apresentar um padrão mais coeso quanto às suas coligações, possivelmente decorrente de estruturas locais mais consolidadas, por já estarem estabelecidos em um maior número de municípios há mais tempo.

Quadro 3: Distribuição dos partidos por coerência, consistência e coesão do IVI em 2004

Coerente	Consistente	Coeso	
		Mais	Menos
Mais	Mais		PC do B
	Menos	PMDB, PSDB, PFL, PSC	PT
Menos	Mais		PDT, PPS, PSB, PV
	Menos	PTB, PP, PL	

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

Em suma, quanto ao IGF, partidos de esquerda da base governista concentraram-se na classificação de maior coerência, coesão e consistência. Como era de se esperar, no extremo oposto encontram-se os partidos oposicionistas, exceto o PP, que por fazer parte da base do governo encontra-se deslocado neste grupo.

Quadro 4: distribuição dos partidos por coerência, coesão e consistência do IGF em 2004

Coerente	Consistente	Coeso	
		Mais	Menos
Mais	Mais	PPS, PT, PSB, PSC, PC do B, PV	PMDB
	Menos	PL	PTB
Menos	Mais		
	Menos		PFL, PSDB, PP, PDT

Fonte: os autores, a partir do banco de dados "Resultados eleitorais", disponível em www.tse.gov.br.

Este posicionamento do PP se deve em muito à manutenção de alto número de coligações com o PFL (Machado, 2007), independentemente do posicionamento frente ao governo federal de ambos os partidos.

Conclusão

Ao avaliar o cenário geral de todas as coligações para prefeito é possível considerar que existe um nível razoável de coerência entre os partidos políticos brasileiros, apesar de se observar uma aproximação entre todos eles nas eleições de 2004, seja ideologicamente ou pela aproximação com partidos da base do governo federal.

Ao se classificar os partidos entre coerentes, consistentes e coesos é possível observar que a principal medida que os distingue é o posicionamento em relação ao governo federal, quer na avaliação da tendência ideológica de suas coligações quer na percepção do pragmatismo.

Nas eleições de 2004 PTB e PP foram os partidos que necessitaram modificar seus comportamentos coligacionistas de forma mais enfática, devido à tentativa de se manter no apoio ao governo federal, cuja base de sustentação era formada em grande medida por partidos de esquerda.

Uma vez que neste estudo foram tratadas apenas duas eleições e que os dados foram agregados nacionalmente, não é possível constatar a eficácia deste instrumental para medir as coligações eleitorais. Deve-se enfatizar que o presente estudo foi fruto da exploração quanto à razoabilidade do uso desta classificação. Faz-se necessário replicar a abordagem a um número maior de eleições, bem como outros níveis de disputa, permitindo avaliar o efeito de diferentes contextos políticos e avaliar a adequação das mensurações utilizadas para avaliar outros contextos. Ao mesmo tempo é crucial respeitar as diferenças locais para este tipo de análise.

Apesar da utilização de outras medidas para considerar a variação das coligações, ao se tomar como medida base da coerência a média das coligações o efeito imediato é desconsiderar as variações locais mais específicas. De fato todos os partidos políticos apresentam coligações em todo o espectro do índice. Contudo, não foi possível a este trabalho focar estas questões e trabalhar de forma desagregada estes dados. Fica aqui o indicativo da necessidade de realizar estudos posteriores que considerem a variação das coligações partidárias por estado, o que permitiria auxiliar na percepção da dinâmica eleitoral existente dentro dos subsistemas políticos, tal como Lima Júnior abordou anteriormente (Lima Jr., 1983).

Referências

- BARDI, L. e MAIR, P. "Os parâmetros dos sistemas partidários". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p. 227-253.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand, 1989.
- CARREIRÃO, Y. de S. "Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina". *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.
- CERVI, E. U. **Verticalização de coligações e voto no Brasil: As urnas e a coerência ideológico/partidária entre 1998 e 2006**. Comunicação apresentada na 3ª Sessão do GT n. 24 - Partidos e Sistemas Partidários, XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 2007.
- COX, G. W. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.
- DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Editores Zahar; Brasília: UnB, 1980.

FAVETTI, P. R. Partidos Aliados em eleições presidenciais no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002. Brasília, UnB, 2004. Dissertação, Mestrado Ciência Política.

FIGUEIREDO, Argelina. "O Desafio do Congresso Nacional: Mudanças Internas e Consolidação Institucional". *Cadernos de Pesquisa*, vol. 3, p. 1-59, 1994.

KINZO, M. D'A. G. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KRAUSE, S. "Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições de majoritárias (1994 - 1998 - 2002): coligações eleitorais x nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro". In: SCHMITT, R. e KRAUSE, S. (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

KRAUSE, S.; DANTAS, H. e MIGUEL, L. F. (org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA JR, O. B. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACALLISTER, I. "The Personalization of politics". In: DALTON, R. J. e KLINGEMANN, H. **The Oxford handbook of political behavior**. New York: Oxford University Press, p. 571-88, 2009.

MACHADO, A. "A lógica das coligações no Brasil". In: SCHMITT, R. e KRAUSE, S. (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

MACHADO, C. **Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil. (2000 e 2004)**. Brasília: UnB, 2007. Dissertação, Mestrado em Ciência Política.

MAIR, P. "Party organization: from civil society to the state", In: KATZ, Richard e MAIR, Perter. **How parties organize. Change and adaptation in party organizations in western democracies**. London: Sage Publications, 1995.

MANIN, B. **Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MELO, C. R. F. de. "Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 14-41, 2010.

MIGUEL, L. F. "Uma democracia esquelética - a teoria de Anthony Downs". *Política & Trabalho*, ano 18, n. 18, p. 125-134, 2002a.

MIGUEL, L. F. "A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo". *Dados*, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002b.

MIGUEL, L. F. "Participação eleitoral e gênero no Brasil". II Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política. Cidade do México, outubro de 2004.

MIGUEL, L. F. "Political representation and gender in Brazil: the quotas for women and their impact". *Bulletin of Latin American Research*, Liverpool, v. 27, n. 2, p. 197-214. 2008.

MIGUEL, L. F. e MACHADO, C. "Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, 2007, p. 757-793.

MIGUEL, L. F. e MACHADO, C. "De partido de esquerda a partido de governo: o PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)". In: KRAUSE, S.; DANTAS, H. e MIGUEL L. F. (org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio, 1996.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, P. F. "Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais". XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2005.

SANTOS, W. G. dos. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SOARES, G. D. "Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

SOUSA, V. *As Coligações Partidárias no Período 1986-94 versus 1954-62*. Dissertação de mestrado, UnB, 1996.

SCHMITT, R. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, IUPERJ, 1999.

SCHMITT, R. e KRAUSE, S. (org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

Anexo 1

Lista de Siglas dos Partidos Políticos

PAN - Partido dos Aposentados da Nação
PCdo B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCO - Partido da Causa Operária
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PGT - Partido Geral dos Trabalhadores
PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPS - Partido Popular Socialista
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
Prona - Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP - Partido Republicano Progressista
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC- Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC- Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSN - Partido Solidarista Nacional
PST - Partido Social Trabalhista
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PTC- Partido Trabalhista Cristão
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PV - Partido Verde

Anexo 2

A lógica por trás da construção dos índices é a mesma, apenas mudando os valores atribuídos aos partidos em cada caso. O objetivo é observar com quais partidos cada partido costuma se coligar. Com isso cada coligação que um determinado partido participar possuirá um valor específico.

Em comparação com os índices utilizados anteriormente foram efetuadas duas mudanças. A primeira diz respeito aos valores dos índices. Primeiramente os índices variavam entre -1 e 1. Contudo, devido à existência do zero como valor na escala a realização de cálculos a partir desta medida se via prejudicada, especialmente quando a média dos valores se aproximava de zero, gerando distorções especialmente no cálculo do coeficiente de variação.

Outra modificação se deve à incorporação de todos os partidos no cálculo dos índices. A princípio a intenção dos índices era avaliar a tendência que cada partido possuía em se coligar com outros partidos. Para tanto, no momento de análise, o partido base da análise era excluído dos cálculos. Contudo, esta medida desconsiderava o efeito do próprio partido analisado para a formação da coligação.

Certamente a utilização de uma diferente classificação partidária geraria efeitos diferentes nos índices. Entretanto o objetivo desta escala é apenas dar um indicativo das tendências das coligações e não se apresentar como um instrumento fixo e definitivo para a análise de coligações.

O índice de viés ideológico (IVI) ¹² é estipulado por uma escala de 1 a 3, na qual o valor 1 corresponde ao perfil esquerda, 2 ao centro e 3 à esquerda. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

¹² Para a classificação dos partidos no eixo direita-esquerda, baseou-se na classificação efetuada por Kinzo (1993) e Carreirão (2006) com algumas modificações. Assim, no ano de 2000 a identificação foi concebida da seguinte forma: a) esquerda - PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU, PCO, PHS e PMN; b) centro - PMDB e PSDB; c) direita - PFL, PL, PPB (atual PP), PTB, PAN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PGT, PSD, PST, PSN e PTN. Nas eleições de 2004 foram considerados: a) esquerda - PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV, PCB, PSTU, PCO, PHS e PMN; b) centro - PMDB e PSDB; c) direita - PFL, PL, PP, PTB, PAN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC, PT do B e PTN.

$$IVI = \frac{3.(n_{direita}) + 2.(n_{centro}) + (n_{esquerda})}{n};$$

onde:

$n_{direita}$ = número de partidos de direita

n_{centro} = número de partidos de centro

$n_{esquerda}$ = número de partidos de esquerda

n = número total de partidos de compõem a coligação

Por exemplo: se um partido de centro se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico da referida coligação será -0,166 (6 3 / 2 + 3 + 1).

$$IVI = \frac{3.(2) + 2.(2) + (3)}{7} = 1,857$$

O segundo índice (IGF) segue o mesmo cálculo, porém variam em relação ao IVI quanto ao critério de classificação dos partidos. Para o índice de governismo federal foi obtido junto à assessoria parlamentar de cada partido na Câmara do Deputados seu posicionamento frente ao governos de Fernando Henrique Cardoso em 2000 e de Luis Inácio "Lula" da Silva em 2004. Os partidos que não possuíam representação parlamentar à época foram questionados via e-mail, porém houve baixa quantidade de respostas sobre este posicionamento.

Como já foi abordado, o índice de apoio ao governo federal, se baseia na escala de 1 a 3, onde 3 representa suporte ao governo em questão, 1 oposição e 2 neutralidade¹³. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IGF = \frac{3.(n_{situação}) + 2.(n_{indiferentes}) + (n_{oposição})}{n};$$

onde:

$n_{situação}$ = número de partidos de situação

¹³ Paras as eleições de 2004 no âmbito federal considerou-se: a) governo - PT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMDB, PL, PTB e PP; b) oposição: PDT, PSTU, PCO, PSDB, PFL e PRONA. Os demais partidos foram desconsiderados deste índice, pois não foi possível obter informações acerca da orientação pró ou anti-governo.

Em 2000: a) governo: PFL, PSDB, PMDB, PTB e PPB (atual PP); b) oposição: PT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PCB, PSTU, PCO, PL, PRONA, PHS, PSC, PSL, PST e PTN. Os demais partidos foram desconsiderados deste índice, pois não foi possível obter informações acerca da orientação pró ou anti-governo.

$n_{indiferentes}$ = número de partidos indiferentes

$n_{oposição}$ = número de partidos de oposição

n = número total de partidos de compõem a coligação

Assim sendo, a mesma coligação do exemplo anterior se compõem, no âmbito federal, por cinco partidos de situação, nenhum de oposição e dois neutros, terá um índice de apoio ao governo federal de 2,714.

$$IGF = \frac{3.(5) + 2.(2) + (0)}{7} = 2,714$$